



Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

NARRATIVAS ORAIS COMO VEÍCULOS DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS CULTURAIS

ORAL NARRATIVES AS VEHICLES OF IDENTITY AND RESISTANCE: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF CULTURAL STUDIES

Maria de Fátima Alves Bonifácio¹
Marcos Rogério Heck Dorneles²

RESUMO

Este artigo analisa a prática dos contadores de causos no Pantanal, examinando sua importância na preservação da cultura local e na transmissão de tradições orais. A partir das obras de Gagnebin e Prost, importantes autores dos Estudos Culturais, investiga-se como os causos funcionam como veículos de identidade regional, resistência e preservação da memória. A análise se apoia na teoria de Raymond Williams para compreender os causos como práticas culturais e estratégias de resistência contra a estandarização. O referencial teórico pode revelar que os causos são essenciais para a preservação de tradições e a coesão comunitária, funcionando como uma forma de resistência cultural e uma maneira de enfrentar as mudanças sociais e culturais no contexto pantaneiro. Conclui-se que, por meio das narrativas orais, os contadores de causos desempenham um papel crucial na construção e conservação da memória coletiva do Pantanal, oferecendo uma percepção sobre a adaptação das tradições locais frente às pressões da modernidade e da globalização.

Palavras-chaves: Contadores de Causos; Identidade Regional; Memória Coletiva; Resistência Cultural; Tradições Oraais.

ABSTRACT

This article analyzes the practice of storytellers in the Pantanal, examining their importance in preserving local culture and transmitting oral traditions. Drawing on the works of Gagnebin and Prost, key figures in Cultural Studies, it investigates how these storytelling practices serve as vehicles for regional identity, resistance and memory preservation. The analysis relies on Raymond Williams' theory to understand the causos as cultural practices and strategies of resistance against standardization. The theoretical framework reveals that causos are essential for preserving traditions and community cohesion, functioning as a form of cultural resistance and a way to confront social and cultural changes in the Pantanal context. It is concluded that, through oral narratives, storytellers play a crucial role in constructing and conserving the collective memory of the Pantanal, offering insights into how local traditions adapt to the pressures of modernity and globalization.

¹ Mestranda em Estudos Culturais pela UFMS/CPAQ. Graduado em Geografia pela UFMS/CPAQ. E-mail: maria.bonifacio@ufms.br

² Doutor em Letras (UFMS). Docente do PPGCult e PPGLetras da UFMS. E-mail: marcos.dorneles@ufms.br



Keywords: Collective Memory, Cultural Resistance, Oral Traditions, Regional Identity, Storytellers.

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Campus de Aquidauana, ofereceu no primeiro semestre de 2024, a disciplina “Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo”. Esta disciplina promoveu uma investigação interdisciplinar sobre interseções entre literatura, história e as pedagogias do corpo.

Como parte da pesquisa apresentada ao programa, este artigo visa analisar especificamente o papel dos contadores de causos no Pantanal, com foco particular na cultura pantaneira e suas narrativas orais³. Identificar esses narradores e compreender suas histórias é crucial para preservar a riqueza cultural da região. A questão central é: quem são esses narradores? Onde podem ser encontrados e ainda existem em número significativo? Através de um referencial teórico articulado aos Estudos Culturais, busca-se ampliar a compreensão das tradições orais e seu impacto na construção e preservação da identidade cultural pantaneira.

O desaparecimento dos contadores de causos tem sido registrado em várias regiões do Brasil, resultando em lacunas culturais significativas. Esse fenômeno pode ocorrer também no Pantanal, ameaçando a transmissão das histórias e tradições locais. Qual é a identidade do Pantanal se suas histórias não forem propagadas ou registradas? Que legado cultural será deixado para as futuras gerações?

Em um cenário de globalização e intensa interação virtual, as culturas locais enfrentam desafios para manter sua relevância e visibilidade. Será que essas culturas conseguirão permanecer e mostrar seu diferencial ou estão fadadas ao esquecimento? O que deve ser registrado e perpetuado?

Para os Estudos Culturais, se torna evidente a necessidade de uma abordagem cuidadosa ao registrar tradições e narrativas. É essencial considerar não apenas o conteúdo a ser registrado, mas também a forma e o contexto desse registro. Na disciplina “Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo”, enfatizou-se a importância de observar quem conta, registra ou encomenda as histórias, refletindo sobre as implicações dessa mediação.

Este artigo tem como objetivo explorar questões essenciais para contribuir na análise do

³ Dentre vários estudos que expressam mostras de contos de causos sobre o Pantanal, situam-se os trabalhos de Ricardo Pieretti Câmara (2007, 2012).



papel dos contadores de causos no Pantanal, suas narrativas e a importância cultural de suas histórias. Com um referencial teórico enraizado nos Estudos Culturais, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda das tradições orais e seu papel crucial na construção e preservação da identidade cultural. Os estudos de autores como Gagnelin, Prost, Bosi, Williams, Sarlo, Peixoto e Adichie fornecem uma base sólida para investigar como as narrativas locais não apenas refletem a história e os valores do Pantanal, mas também resistem às influências externas que poderiam ameaçar essas tradições.

Gagnelin e Prost destacam a importância do poder na construção da narrativa histórica, enquanto Bosi e Williams exploram como a literatura pode ser um reflexo das experiências sociais e culturais. Sarlo e Peixoto contribuem com análises sobre a relação entre literatura e história, ressaltando a necessidade de contextualização e diálogo com outras fontes. Adichie, por sua vez, adverte sobre os perigos da história única, evidenciando como narrativas unilaterais podem perpetuar estereótipos e distorções culturais. Este panorama teórico enfatiza a complexidade das narrativas históricas e literárias, ressaltando a influência do poder na construção de discursos dominantes e na moldagem da identidade individual e coletiva.

2. UMA INCURSÃO POR TEORIAS E CONCEITOS

Em seu texto “Verdade e memória do passado” (2018), Jeanne Marie Gagnebin de Bons destaca a importância de um registro cuidadoso da história. Argumenta que o trabalho do historiador é inerentemente relativo e se torna impossível abranger toda a verdade histórica de forma completa e definitiva. O objetivo do historiador, portanto, não deve ser a busca por uma verdade absoluta e indiscutível. A verdade histórica difere da verificação factual, que é um método característico das ciências experimentais e, mesmo nestas, é passível de debate.

A verdade histórica, segundo Gagnebin, está mais ligada a uma ética da ação presente do que a uma problemática de adequação entre “palavras” e “fatos”. As palavras remetem a coisas na medida em que assinalam sua ausência, enquanto os fatos representam realidades cuja existência pode ser comprovada por registros. Esta abordagem destaca a complexidade e subjetividade no processo de registro e interpretação histórica, sublinhando a necessidade de uma perspectiva crítica e ética no trabalho do historiador. Paul Ricoeur discorre que a história é ao mesmo tempo uma narrativa e um processo real. Ele ressalta a ambiguidade intrínseca da história, que está intimamente ligada às ações e ao pensamento humano (Ricoeur *apud* Gagnebin, 2018).



Gagnebin (2018), ao dialogar com Walter Benjamin, destaca que a história deve ser entendida como uma construção que ocorre no “tempo-agora” em vez de um tempo homogêneo e vazio. Esta perspectiva sugere que as palavras se referem às coisas ao assinalar sua ausência, especialmente no caso dos signos escritos. Argumenta que articulamos o passado em vez de simplesmente descrevê-lo, diferentemente de como se poderia tentar descrever um objeto físico, apesar das complexidades envolvidas nessa descrição.

Ao registrarmos memórias, vivenciamos a tensão entre a presença e a ausência do acontecido, equilibrando o que se perde de conteúdo e o que se acrescenta. Registrar fatos, cuja realidade é comprovada e documentada, impede que os rastros e memórias da história sejam apagados, o que pode representar a ética do contador. A famosa máxima “contra fatos não há argumentos” nos leva a questionar se estamos apenas registrando o que observamos, vivendo no relativo. A necessidade de registro histórico é crucial para a preservação da memória. Se encararmos o “esquecimento” como uma forma de “morte”, então, aquilo que não queremos esquecer precisa ser documentado. Portanto, é essencial buscar os contadores de causos para registrar suas histórias, preservando assim a memória e a identidade cultural do Pantanal.

Já Antoine Prost (2008, p. 134) compara o ofício do historiador ao de um marceneiro, destacando que “A história aprende-se como a marcenaria: por um aprendizado na oficina”. Enfatiza que o ato de fazer e registrar história é um processo contínuo e ético, que transforma alguém em historiador. Este processo envolve o exercício constante de contar, falar sobre e registrar a história, o que exige tempo e amadurecimento.

Quem é o historiador e qual é seu objeto? Segundo Prost (2008), o historiador deve praticar a compreensão a partir de suas práticas sociais. É imperativo que o historiador se coloque dentro dos fatos e atos que registra, pois, se permanecer indiferente, corre o risco de produzir uma história morta, já que é o outro que o viveu. O historiador deve, portanto, desenvolver uma simpatia e estabelecer um sentimento em relação aos eventos que estuda.

Este envolvimento suscita três problemas principais. O primeiro problema refere-se ao limite moral da compreensão. Colocar-se no lugar do outro não significa tornar-se esse outro. O autor nos faz refletir sobre o que nos atrai ao ponto de desejarmos registrar certos eventos, destacando a importância do ponto de vista do historiador. O que nos atrai ao ponto de se querer registrar (Prost, 2008).

O segundo problema trata a questão da objetividade e imparcialidade na narração histórica é crucial para a validade e credibilidade da análise histórica. É imperativo manter uma distância crítica em relação ao tema estudado, fundamentando assim o valor da pesquisa histórica ao evitar parcialidade. Esta postura crítica não apenas assegura a precisão dos dados



coletados e interpretados, mas também promove uma reflexão cuidadosa sobre as fontes utilizadas e os possíveis vieses presentes na construção do conhecimento histórico. A adesão estrita a esses princípios metodológicos não apenas fortalece a integridade da pesquisa histórica, mas também contribui para uma compreensão mais profunda e abrangente dos eventos e processos estudados, possibilitando uma análise mais objetiva e informada das narrativas históricas (Prost, 2008).

O terceiro problema versa sobre a legitimidade da transposição desse estudo. Ao se colocar no lugar do outro, o historiador enfrenta o desafio de relatar fatos de outro século ou cultura sem projetar sua própria experiência. Prost (2018) argumenta que, mesmo estabelecendo uma conexão afetiva com o passado, o historiador nunca deixará de ser ele mesmo e nunca se tornará o outro, pois “a história é autoconhecimento”. Conclui que o historiador é filho de suas obras, ou seja, que cada estudo histórico reflete não apenas a realidade do passado investigado, mas também a perspectiva e a posição do historiador no momento de sua escrita. Nesse sentido, a historiografia não é apenas um exercício de narrativa objetiva, mas também uma reflexão crítica sobre a própria prática historiográfica, revelando tanto os desafios quanto as possibilidades de se reconstruir e interpretar o passado de maneira responsável e informada.

Neste contexto, a obra de Prost (2018) representa um alicerce teórico essencial para a análise do papel do historiador, sublinhando a necessidade de um envolvimento ético e crítico na prática historiográfica. Ao enfatizar a importância de evitar anacronismos e de reconhecer a própria posição temporal, o autor oferece um referencial sólido para a investigação histórica. Esse arcabouço teórico será um dos aportes na condução da pesquisa sobre as narrativas orais no Pantanal, proporcionando bases para compreender como tais relatos contribuem para a formação e preservação da identidade cultural regional.

Ao dialogar com as perspectivas de Prost e de Gagnebin, a pesquisa explorará como as narrativas orais não apenas documentam os eventos históricos locais, mas também refletem as percepções e interpretações dos narradores ao longo do tempo. Isso possibilitará uma análise mais profunda das dinâmicas de transmissão cultural e da maneira como as comunidades pantaneiras constroem e perpetuam suas identidades através da narrativa. Assim, ao integrar alguns referenciais teóricos de Prost à pesquisa bibliográfica sobre os contos de contadores de causo no Pantanal, será possível não apenas registrar as narrativas locais, mas também compreender seu papel vital na continuidade cultural e na preservação da memória coletiva da região.

3. LITERATURA E CENÁRIO DE SUBORDINAÇÃO



Alfredo Bosi, em seu texto "As sombras das luzes na condição colonial", examina como os autores luso-mineiros Basílio da Gama (1740-1795) e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) representaram eventos históricos e sociais na colônia brasileira. No contexto do século XVIII, enquanto a Europa vivenciava o Iluminismo com seus ideais de liberdade e direitos humanos, as colônias portuguesas como o Brasil enfrentavam uma realidade de opressão e exploração, marcada pelo tráfico negreiro, práticas escravistas e violência contra populações nativas. Neste cenário, esses dois autores luso-mineiros desempenharam um papel significativo ao registrar a violência colonial em suas obras, como "*O Uruguai*" e "*Marília de Dirceu*", respectivamente.

O pesquisador analisa como esses escritores documentaram a violência enfrentada por diferentes grupos na sociedade colonial, incluindo o massacre de populações nativas, através de figuras como Cacambo e Sepé em seus poemas. Ao mesmo tempo, os autores celebraram e apoiaram o governo pombalino, ao qual eram leais, enquanto também questionavam as práticas das missões jesuíticas. Bosi (2007) sugere que a posição desses autores não apenas reflete uma tentativa de registrar factualmente os eventos históricos, mas também revela sua própria perspectiva sobre as instituições e governantes da época.

No século XVIII, enquanto a Europa era sensibilizada pelos ideais do Iluminismo, promovendo a liberdade e redigindo os Direitos dos Homens, Portugal buscava alianças e estabilidade política através do Tratado de Madri com a Espanha, visando evitar conflitos e desgastes. No entanto, suas colônias, como as do Brasil e da África, enfrentavam condições marcadas pela opressão do chicote, barbárie, tráfico negreiro e escravidão. Neste cenário de contraste entre as luzes europeias e as trevas coloniais, surge a questão crucial de qual posição adotar ao registrar essas realidades: apoiar o ponto de vista do colonizador ou dar voz e representação ao colonizado (Bosi, 2007).

Este dilema ético e historiográfico é fundamental para compreender como os registros históricos foram influenciados pelos interesses e perspectivas dos agentes coloniais e como esses registros impactam a narrativa histórica contemporânea. Bosi (2007) aborda a ética inerente ao papel do historiador ou romancista ao lidar com representações históricas complexas. Enfatiza a necessidade de uma abordagem ética que preserve os direitos universais e questione as narrativas dominantes do passado. Argumenta pela importância da contextualização histórica, que não se limita apenas aos eventos em si, mas também considera as condições econômicas, sociais e culturais que moldaram essas representações. Essa metodologia permite ao historiador não apenas registrar fatos, mas também iluminar aspectos



obscurecidos e injustiçados da história, revelando as sombras que permeiam a narrativa histórica.

Dessa forma, as contribuições de Bosi (2007) para esse referencial teórico servem para uma compreensão crítica e ética das representações históricas no contexto colonial, oferecendo contribuições e reflexões para a análise de como os escritores do século XVIII posicionaram-se frente às contradições entre as ideias iluministas europeias e a realidade opressiva nas colônias. Essa abordagem é fundamental para a reflexão sobre o papel do historiador contemporâneo na interpretação e na divulgação responsável do passado colonial.

Até o momento, discutimos a relevância do historiador no contexto de narrativas tradicionais, enfatizando a necessidade de empatia, autoconhecimento, análise crítica do presente, e a disposição de indicar aspectos tenebrosos da história. A literatura, por sua vez, desempenha um papel articulador nesse cenário. Segundo Raymond Williams (1977), a arte de escrever não é exclusiva do historiador. A literatura permite explorar as mesmas complexidades históricas e sociais através de narrativas ficcionais e criativas, proporcionando uma perspectiva única que dialoga com a abordagem historiográfica. Assim, tanto o historiador quanto o escritor dispõem-se em âmbito de rememorar ideias vivas e desafiar interpretações estabelecidas, contribuindo para uma compreensão mais profunda e multifacetada do passado e do presente.

Raymond Williams (1977) oferece uma visão ampla da literatura como uma forma de arte que vai além da mera expressão individual. Para o autor, a literatura não se limita a um conjunto de obras clássicas ou canônicas, mas constitui um fenômeno social e histórico que expressa e influencia as condições de vida e as relações sociais de uma sociedade em um determinado período. Essa perspectiva ampliada enfatiza a importância da literatura não apenas como um meio de entretenimento ou expressão artística, mas também como uma esfera e um agente de transformação das dinâmicas culturais e ideológicas de seu tempo.

Em sua obra "Marxismo e literatura", Williams (1977) enfatiza que a literatura, sob uma ótica marxista, é inseparável do contexto econômico, político e cultural de sua época. A concepção tradicional de literatura, dominada por obras de elite e escrita pela burguesia letrada, é amplamente questionada. Argumenta que a literatura também inclui as produções culturais do povo e das classes trabalhadoras, que possuem suas próprias experiências de vida e perspectivas únicas.

Assim, a literatura não é apenas uma expressão artística individual, mas uma arena das lutas sociais, das aspirações coletivas e das contradições de classe. Através da análise marxista, Williams (1977) propõe uma reinterpretação da literatura como um campo dinâmico e diversificado, onde as diferentes vozes sociais e culturais encontram espaço para serem



expressas e reconhecidas. Portanto, Raymond Williams (1977) oferece uma contribuição crucial para a análise crítica da literatura como um fenômeno profundamente enraizado no contexto histórico e social. Sua abordagem é fundamental para examinar as interações dinâmicas entre arte, sociedade e história, permitindo uma compreensão mais abrangente do papel da literatura. Esta perspectiva enriquece substancialmente o debate acadêmico sobre como a literatura não apenas dimensiona, mas também participa ativamente na construção de identidades culturais e na evolução das estruturas sociais ao longo das diferentes épocas históricas.

Nos romances, poemas, contos e peças teatrais, observamos a habilidade em se descrever locais e paisagens com um nível de detalhe que transcende a simples observação física, alcançando uma profundidade que pode captar diferenciados elementos de diversos lugares. Essa perspectiva vai além das descrições técnicas típicas de cartógrafos, geólogos e botânicos, cujos registros acadêmicos muitas vezes não conseguem evocar o imaginário do leitor da mesma forma. Ao contrário, a literatura é capaz de transformar a descrição de elementos naturais, como uma flor, em uma experiência sensorial completa, transmitindo não apenas suas características físicas, mas também suas qualidades emotivas, como o perfume que exala. O indivíduo que relata seu cotidiano no campo, cultivando seu jardim, muitas vezes sem formação acadêmica formal, escreve para seus pares com uma linguagem que é compreendida e valorizada dentro de seu contexto social e cultural específico.

A literatura e a cultura também são expressões das relações de poder e arenas onde essas relações são disputadas e negociadas, cada uma com sua própria forma de pensamento, propósito e significados. Williams argumenta que essas dinâmicas são intrinsecamente dinâmicas, refletindo a constante evolução da sociedade, sua cultura e sua produção literária. Ele introduz a ideia fundamental de que a literatura é uma categoria social e histórica especializada, cuja transformação é profundamente influenciada pelas mudanças nos meios e modos de produção básicos, particularmente nas novas tecnologias linguísticas (Williams, 1977).

Williams (1977, p. 58) discute a emergência de uma "transformação profunda dessas relações" associadas às tecnologias emergentes, como a transmissão eletrônica da fala e da escrita, além do desenvolvimento de imagens químicas e eletrônicas, incluindo aquelas que podem ser textualizadas. Enfatiza que esses avanços não eliminam a impressão tradicional nem diminuem sua importância, mas ampliam as possibilidades de produção e circulação cultural.

Portanto, parte dos aportes teóricos deste trabalho se articulam com as propostas de Williams sobre a literatura e a cultura como campos dinâmicos, profundamente influenciados



por mudanças tecnológicas e sociais. Essa abordagem é essencial para compreender como as práticas culturais e literárias não apenas apresentam, mas também se adaptam e respondem às transformações históricas e tecnológicas. Williams argumenta que a literatura não é apenas uma expressão estética, mas uma categoria social e histórica especializada, cujo desenvolvimento está intimamente ligado aos meios de produção contemporâneos.

Ao discutir as novas tecnologias de linguagem e a composição de imagens eletrônicas, Williams (1977) destaca a ampliação das possibilidades criativas e comunicativas, enquanto enfatiza que essas inovações não invalidam, mas complementam e enriquecem as formas tradicionais de impressão. Portanto, sua análise proporciona uma visão enriquecedora das interações complexas entre arte, sociedade e os meios de produção, destacando como a literatura e a cultura continuam a evoluir em resposta às mudanças contínuas no ambiente tecnológico e social.

O caso, enquanto um gênero primário de transmissão predominantemente oral, característico de indivíduos não escolarizados ou poucos escolarizados, frequentemente não recebe o devido reconhecimento, tampouco desfruta da mesma legitimidade dos gêneros favorecidos pela escrita nas dinâmicas de poder e conhecimento presentes na sociedade. Esses indivíduos contadores são tão invisíveis quanto suas falas, alguns talvez tratados como meros personagens de uma paisagem que se dedica ao turismo, mas talvez não mais do que isso.

Nessa dinâmica do que se registra, a história é fundamental porque nos ensina quem somos, como chegamos até aqui e nos oferece uma visão crítica e contextualizada do mundo ao nosso redor. Ela nos ajuda a preservar a memória coletiva, garantindo que possamos aprender com os erros e acertos do passado, além de nos auxiliar na interpretação desses erros e acertos para nosso aprimoramento. Na perspectiva do que é registrado, a história desempenha um papel fundamental ao proporcionar um entendimento crítico e contextualizado do mundo que nos cerca, ensinando-nos sobre nossa identidade e conectando-nos às nossas origens e tradições. Na academia, a história serve como fundamento para o conhecimento em todas as áreas, acumulando diferentes perspectivas sobre o passado para nos alertar contra erros repetitivos na evolução da humanidade.

Gagnebin (2018) e Sarlo (2007) destacam a importância de confrontar eventos dolorosos do passado, como o Holocausto e os períodos ditatoriais na América Latina, particularmente na Argentina. A reflexão sobre esses temas desafiadores permite-nos revisitar um passado recente e ainda vivo, convocando-nos a examinar e reinterpretar nossas memórias coletivas. Sarlo enfatiza que o passado é um terreno conflituoso, não necessariamente libertador ou comum. Segundo ela, o tempo apropriado da lembrança é o presente, onde a memória se apropria dele



como seu próprio tempo. Nesse sentido, o passado não pode ser eliminado, subjugado ou libertado, mas deve ser narrado e registrado sem que se suspenda o presente. É crucial expor as fontes e provas para evitar que os eventos se repitam.

Nesses dois casos (Holocausto e América Latina), como os personagens que os provocaram não deixaram muitas provas a serem colhidas, os nazistas no primeiro caso, ao perceberem que estavam sendo subjugados, incendiaram corpos e campos de concentração, máquinas de gases e crematórios para não deixar evidências. Tentaram a todo custo destruir os fatos. Ao destruírem provas, estavam anulando os rastros da existência do ocorrido, tirando a veracidade da história e, com isso, permitindo que a memória se tornasse especulação e loucura para quem a relembresse. No segundo caso, pessoas desaparecidas não podem depor ou mostrar suas cicatrizes aos tribunais para provar o que houve, pois, muitas vezes, não há uma grande quantidade de demarcação de fatos (SARLO, 2007).

A narrativa histórica sem as provas adequadas pode ser questionada quanto à sua existência, o que sublinha a importância de rigor na abordagem da oralidade na história. A prática de contar histórias na primeira pessoa, outrora desconsiderada na academia, hoje é objeto de redirecionamento. Exemplos como os eventos recentes envolvendo nazismo e ditadura ilustram como experiências dolorosas e politizadas podem ser tanto coletivas quanto individuais, refletindo a diversidade de perspectivas dentro de contextos históricos mais amplos (Sarlo, 2007).

Observando essa nova abordagem, estudiosos têm buscado incorporar novos sujeitos, como proposto por Sarlo ao articular com Certeau e Homi Bhabha, que destacam a vida cotidiana como um novo *locus* para a narrativa histórica. Mulheres, frequentemente marginalizadas na historiografia, emergem como especialistas na interseção entre o público e o privado, suas cartas e diários contribuindo significativamente para registrar o período histórico contemporâneo com autenticidade (Sarlo, 2007). Essa valorização de subjetividades enriquece a compreensão do passado como um fenômeno coletivo.

Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2011), ao discorrer em seu texto "Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura" sobre alguns de nossos autores já citados, mostra-nos a importância dessa mistura de história e literatura, como se fosse um prato a ser preparado para degustação. Ela fala sobre como as obras literárias expressam e dimensionam a compreensão histórica, oferecendo-nos outros pontos de vista sobre os costumes, valores e mudanças sociais. As obras literárias captam detalhes que, na história, às vezes nos passam despercebidos. Ao dialogar com Williams, por exemplo, Peixoto chama a atenção para pensarmos de forma mais politizada o campo da linguagem, da literatura e sua relação com a história, apontando três



conceitos básicos que nos definem de forma justaposta: cultura, hegemonia e língua ou linguagem. Cultura, segundo ele, é entendida como um processo social que cria modos de vida específicos e diferentes; hegemonia é vista como um processo não apenas repressivo, político ou reflexo de situação econômica, mas como um processo ativo e conflituoso, recriado e redefinido, que diz respeito a todas as dimensões da experiência humana, incluindo a literatura e a história; e língua é compreendida como uma atividade social contínua que ocorre dentro de uma sociedade em transformação, tudo fazendo parte de uma engrenagem (Peixoto, 2011).

Peixoto (2011) também nos questiona se o texto literário pode ser utilizado como um documento válido, se pode ser usado como uma prova, levando-nos a refletir se ele tem o peso de apreender a realidade, como imagem da realidade tal como é. Nesse caso, não seria considerado uma prova. Porém, se o conteúdo literário for utilizado como um instrumento modificador (devir) elaborado pelos grupos sociais, então pode ser proveitoso. Peixoto pondera sobre as palavras de Sarlo, dizendo que há a necessidade de “[...] repor o texto literário na condição histórica de sua produção, colocá-lo em diálogo com outras fontes, a partir das quais possa ser inserido numa rede de acontecimentos e de sujeitos e de práticas culturais” (Peixoto, 2011, p. 28).

No processo de registrar a história, seja na historiografia ou na literatura, neste período de globalização, que não é tão diferenciado política e economicamente do período da colonização e dos impérios, corremos o risco de ainda registrarmos uma história única se não refletirmos sobre como o poder influencia a narrativa histórica. Chimamanda Ngozi Adichie, em seu texto "O perigo de uma história única", alerta que “é impossível falar sobre a história única sem falar sobre o poder”. Ela nos faz refletir sobre como as histórias são frequentemente moldadas e controladas por aqueles que detêm o poder (Adichie, 2009).

No ponto de vista colonizador/único, ter apenas um lado da narrativa pode nos levar a imagens preconcebidas de um povo, criando estereótipos que impactam na identidade individual e coletiva. Adichie (2009), e nos faz refletir sobre como as histórias são frequentemente moldadas e controladas por aqueles que detêm o poder. Essa visão única pode distorcer a realidade dos colonizados, relegando-os a papéis de ignorância, barbarismo e falta de cultura, como também discutem Williams, Sarlo, Peixoto e Prost.

Adichie (2009) enfatiza o papel transformador das histórias, destacando sua capacidade tanto de perpetuar injustiças quanto de promover a justiça social e a reconstrução da identidade coletiva. Ao reconhecer que as narrativas podem ser ferramentas poderosas de dominação ou de emancipação, ela nos convida a refletir sobre a responsabilidade que temos ao escolher quais histórias contamos e como as contamos. Nesse sentido, a reflexão ressalta a importância de uma



abordagem crítica e inclusiva na construção e na interpretação das narrativas históricas e culturais.

Pode-se entender que aqueles que estão no controle político, econômico e social têm uma influência significativa sobre como a história é contada e percebida. Eles têm o poder de moldar os eventos históricos de acordo com seus interesses, perspectivas e agendas. Williams, Sarlo, Peixoto e Prost nos alertam sobre a literatura como a história narrada pelo colonizador, relegando aos colonizados, sejam eles do século XVI ou do século XXI, o papel de ignorância, barbarismo e falta de cultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre os contadores de causos no Pantanal, dentro do contexto dos Estudos Interdisciplinares em Literatura, História e as Pedagogias do Corpo, revela a complexidade e a riqueza das narrativas culturais. Autores como Gagnelin, Prost, Bosi, Williams, Sarlo, Peixoto e Adichie proporcionaram percepções cruciais sobre a relação entre história, literatura e poder. Suas análises destacaram como as narrativas são moldadas por dinâmicas de dominação e resistência, influenciando a percepção pública e a identidade cultural dos indivíduos.

No Pantanal, os contadores de causos desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e valores através das gerações. Suas histórias não apenas preservam a memória coletiva, mas também dimensionam a resistência cultural frente às pressões da modernidade e da homogeneização cultural. Este estudo ressalta a importância de valorizar e entender profundamente essas práticas narrativas como formas legítimas de conhecimento e expressão cultural, capazes de promover a resiliência e a continuidade das identidades locais.

Ao considerar a interseção entre literatura, história e pedagogias do corpo, percebe-se que as narrativas dos contadores de causos não são apenas relatos folclóricos, mas também documentos vivos que capturam e interpretam as dinâmicas sociais e ambientais únicas do Pantanal. Essas histórias não são estáticas; são transformações dinâmicas que respondem às mudanças na sociedade e no ambiente, proporcionando uma visão crítica e reflexiva das experiências humanas dentro desse contexto específico.

Além disso, os Estudos Culturais permitem examinar como as narrativas orais podem ampliar e desafiar as versões escritas da história, enriquecendo o espectro de compreensão e interpretação dos eventos passados e presentes. A abordagem crítica adotada nesta pesquisa



incentiva uma reflexão contínua sobre o papel das narrativas na construção de identidades individuais e coletivas, contribuindo para um diálogo mais inclusivo e enriquecedor sobre a diversidade cultural e ambiental.

Em suma, esta pesquisa expressa que os contadores de causos no Pantanal não são apenas guardiões de tradições, mas também agentes ativos na definição e na redefinição das narrativas culturais. Ao reconhecer e estudar suas práticas narrativas dentro de um quadro interdisciplinar, abre-se espaço para uma compreensão mais profunda e holística das dinâmicas culturais e sociais em contextos diversos. A preservação das narrativas orais dos contadores de causos é essencial não apenas para a manutenção da memória e identidade cultural do Pantanal, mas também para a promoção da diversidade cultural e o fortalecimento das conexões entre passado, presente e futuro.

5. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOSI, Alfredo. As sombras das luzes na condição colonial. In. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (pp. 87-117)

CÂMARA, Ricardo Pieretti. **Os contadores de causos e a poética dos Pantanaís**. Campo Grade: Life Editora, 2012.

CÂMARA, Ricardo Pieretti. **Os causos: uma poética pantaneira**. Orientador: Antoni Rossell. 2007. 586f. Tese (Doutorado em Humanidades) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2018. (pp. 39-48).

PEIXOTO, M. do R. da C. Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura. In. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19401>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PROST, Antoine. A história como compreensão. In. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (pp. 133-152)

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada objetiva**. Companhia das Letras. Belo Horizonte. UFMG. 2007. (p09-22)

WILLIAMS, Raymond. Literatura: conceito básico. In. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. (pp. 50-59).